

Compromisso Eleitoral

É hora. Mais força à CDU, soluções para o Algarve

Eleições Legislativas 2024

É hora.
Mais força à CDU

PCP-PEV   



É hora.
Mais força à **CDU**



Compromisso Eleitoral

É hora. Mais força à CDU, soluções para o Algarve

Eleições Legislativas 2024

25 de Abril, sempre. É hora de mudar de política

Comemoramos em 2024 o 50.º aniversário do 25 de Abril, momento ímpar da história nacional e referência para o futuro que é preciso construir.

A Revolução de Abril, com a liquidação do fascismo, a dimensão das transformações que empreendeu, as suas conquistas, a força dos seus valores foi o resultado de uma luta empenhada de décadas e uma realização histórica que muitos julgavam não ser possível.

A Revolução de Abril demonstra que um povo convicto das suas razões, confiante na sua força, é um povo capaz de todas as transformações, por muito poderosos que sejam os que o exploram e oprimem. Também por isso ela é uma referência e uma inspiração para lutarmos hoje por um Portugal soberano e democrático, um Portugal com futuro.

1- Governos do PS e a CDU como força imprescindível ao país e ao Algarve

Consequência de décadas de política de direita, o País foi acumulando problemas. A situação só não é mais grave porque a luta dos trabalhadores e a intervenção do PCP e do PEV, vencendo resistências e obstáculos, forçaram e concretizaram avanços. Assim foi quando, em 2015, foi possível afastar o PSD e o CDS do governo e interromper a sua política de desastre nacional. Assim nos últimos anos sempre que foi possível defender, repor e conquistar direitos. Assim foi quando foi necessário enfrentar os impactos da pandemia.

A legislatura de 2015 a 2019 não correspondeu a um governo de esquerda, a uma maioria de esquerda na Assembleia da República ou a um acordo de incidência parlamentar, mas sim a um governo minoritário do PS. E nesse período, graças à intervenção do PCP e do PEV, ficou demonstrado que a melhoria das condições de vida, o alargamento de direitos, a valorização dos salários e pensões, o aumento do rendimento disponível das famílias, foram condições de crescimento económico, criação de riqueza e emprego. Com as eleições de 2019, alteraram-se a correlação de forças na Assembleia da República e as circunstâncias que tinham condicionado o PS desde 2015. O PS ficou mais liberto para concretizar as suas opções e compromissos com a política de direita. Daí a marca da sua governação, designadamente nas propostas de Orçamento de Estado, impedindo a resposta necessária aos problemas nacionais.

Foi precisamente usando o OE 2022 que o PS viu a oportunidade de puder se ver livre de constrangimentos políticos na AR, e, usando uma manobra de chantagem patrocinada pelo Presidente da República, precipitou a demissão do governo e a convocação de eleições antecipadas em Janeiro de 2022, nas quais o PS alcançou maioria absoluta.

Foram 2 anos de maioria absoluta nos quais o PS aprofundou a política de direita, dando condições aos grupos económicos para amealharem lucros recorde, com o aumento da exploração, a degradação dos serviços públicos e a transferência directa de fundos públicos para o sector privado (só na Saúde foram mais de 8 mil milhões em 2023).

Eis, pois, um PS a cumprir os seus compromissos de classe, amarrado às imposições da União Europeia (UE), do imperialismo Americano e da NATO e aos interesses do grande capital, que limitou o alcance e extensão da resposta que seria necessária.

Em Novembro de 2023, o Governo do PS chegou ao fim com nova demissão, desta vez precipitada pela investigação judicial nomeada “Operação Influencer”, em que, sobretudo, resultou da falta de resposta aos graves problemas do país, em virtude das suas opções de favorecimento dos interesses do capital monopolista preterindo a elevação das condições de vida dos trabalhadores, das populações, de defesa dos serviços públicos e da soberania nacional

Neste período de 2 anos, a CDU não teve nenhum deputado eleito pelo Algarve. Uma realidade que penalizou a região mas não impediu o Grupo Parlamentar do PCP de ter uma intensa intervenção em torno de problemas concretos que atingem os trabalhadores e as populações algarvias. Esta foi uma intervenção que, mesmo sem um deputado directamente eleito, não teve paralelo nas outras forças políticas!

Realizaram-se no Algarve reuniões, visitas e encontros com as mais diversas entidades; dirigiram-se ao Governo dezenas de perguntas e requerimentos, propuseram-se projetos de resolução e de lei, fizeram-se intervenções, quer no plenário quer em comissões parlamentares, em defesa dos interesses das populações e da região algarvia.

A CDU foi uma força presente no terreno, não só solidária com as muitas lutas que foram sendo travadas mas também impulsionadora da acção reivindicativa dos trabalhadores por uma vida melhor. Basta lembrar a defesa do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública, a luta contra as portagens na Via do Infante e a exigência da célere requalificação da EN 125, a exigência de respostas aos impactos da pandemia, a defesa do direito a produzir e viver na Ria Formosa e, de um modo geral, a promoção do aparelho produtivo regional.

Assim se confirma a importância de, nas eleições do próximo dia 10 de Março, a CDU aumentar a votação e assegurar a eleição um deputado pelo Algarve para a Assembleia da República.

2- Por uma nova política económica e social no Algarve

No Algarve subsiste um modelo errado de desenvolvimento económico. Assente quase exclusivamente no turismo e suas atividades complementares e no desprezo das atividades produtivas, fragilizando a economia regional e tornando-a vulnerável a choques externos. Persistem os baixos salários, a precarização das relações laborais e o agravamento da exploração, ampliados pelo carácter sazonal do emprego ligado directa ou indirectamente ao turismo.

Acresce mais recentemente o incessante aumento do custo de vida nomeadamente da habitação, que não permite uma vida digna e leva os jovens trabalhadores a procurarem emprego e melhores salários noutras paragens. Fragilizam-se os serviços públicos e as funções sociais do Estado. Revela-se insuficiente o investimento público que sacrifica infraestruturas imprescindíveis ao desenvolvimento regional. Acentuam-se a desertificação e despovoamento do interior serrano, aprofundando as assimetrias regionais.

Ora, para todos estes problemas da região algarvia há soluções apresentadas pela CDU ao longo dos anos e que agora se reafirmam neste compromisso eleitoral.

2.1. Aumentar salários e valorizar o trabalho

É necessário assumir o aumento geral dos salários como emergência nacional, para dinamizar o mercado interno, estimular a actividade económica e a produção nacional, garantir a sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas, assegurar a permanência em Portugal da força de trabalho necessária ao desenvolvimento do País.

É imperioso eliminar as normas gravosas da legislação laboral, combater a exploração e a injusta distribuição da riqueza criada.

É preciso que os benefícios decorrentes dos avanços tecnológicos também sejam aplicados na melhoria das condições de trabalho, na redução dos horários, na eliminação de tarefas penosas e dos ritmos intensivos de trabalho.

A CDU defende:

- O aumento geral dos salários de 15% ou no mínimo em 150€, fixando o Salário Mínimo Nacional em 1000€, já em 2024 (no mês de Maio), assim como o aumento extraordinário de todas as reformas e pensões em 7,5% ou de 70€ (no mês de Abril);
- A valorização das profissões e das carreiras, o combate à desregulação de horários, a prevenção e garantia dos direitos no trabalho por turnos, a redução geral do horário de trabalho para 35 horas semanais, sem perda de remuneração e de outros direitos; a consagração de 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;

- A revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, nomeadamente do regime da caducidade da contratação colectiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador;
- A revogação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a garantia do direito de negociação colectiva na Administração Pública; a revogação do SIADAP e a criação de um sistema justo de avaliação sem quotas; a revisão da Tabela Remuneratória Única; a reposição e valorização do poder de compra perdido na Administração Pública;
- O combate à precariedade, com a garantia de que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo.

2.2. Diversificar a actividade económica da região

É urgente uma nova política económica para a região que aposte na diversificação da actividade económica, na recuperação do aparelho produtivo e na valorização do trabalho e dos trabalhadores. O desprezo pelas potencialidades e capacidades produtivas da região e a sua submissão aos interesses dos grupos económicos não interessa às populações nem aos trabalhadores do Algarve.

A indústria tornou-se praticamente residual. As pescas enfrentam uma longa agonia com perda de peso económico e dramática redução de pessoal. A agricultura aposta num modelo desfasado das necessidades alimentares da população local. O comércio está cada vez mais concentrado nas grandes superfícies. Apenas no turismo, e até à eclosão da epidemia, aumentaram os ganhos, sobretudo dos grandes operadores, sem que tal se traduza na melhoria dos salários e dos direitos laborais no sector.

Na agricultura e silvicultura a CDU propõe:

- A implementação de uma política que aponte para a soberania alimentar, a valorização dos agricultores e da agricultura familiar;
- A dinamização da Indústria Alimentar, com base em produtos regionais, estimulando o seu cultivo e transformação, potenciando a criação de postos de trabalho;
- A criação de um matadouro público regional;
- A instalação de pequenas unidades de transformação de produtos agrícolas locais, com as devidas certificações;
- A implementação de um plano de ordenamento florestal em ligação com os criadores de ovinos e caprinos e com os produtores florestais, visando o desenvolvimento da floresta autóctone;
- A promoção da inovação tecnológica e disponibilização de apoios técnicos desburocratizados, colocando um maior número de quadros técnicos ao serviço da extensão rural e distribuindo-os por toda a região;

- A criação de condições para a certificação dos produtos agrícolas e pecuários regionais e a promoção do pagamento atempado dos subsídios e a sua justa distribuição;
- O apoio ao cooperativismo agrícola e à preservação e desenvolvimento das culturas de sequeiro;
- O investimento no regadio e noutras infraestruturas de apoio à actividade agrícola;
- A reintegração da DR de Agricultura e Pesca no Ministério da Agricultura, o seu reforço e a reposição dos serviços governamentais de apoio à actividade agrícola, assim como a construção de equipamentos de apoio ao sector produtivo.
- A implementação de medidas de combate à seca e à falta de água, garantindo o seu acesso a todos os agricultores e produtores de gado para a sobrevivência das culturas, sem perda do seu potencial produtivo, com mais apoios para introdução de tecnologias mais eficiente de rega, assim como o acompanhamento e formação técnica dos agricultores.
- Avançar com a construção de mais estruturas de represamento de água de apoio à agricultura, nomeadamente a Barragem da Foupana, alguns açudes e charcas.

Nas **pescas** a CDU propõe:

- A implementação de uma política de investimento público orientada para o desenvolvimento de estruturas públicas de apoio, monitorização e acompanhamento do sector, a requalificação dos portos de pesca, a realização de dragagens e o desassoreamento da foz dos rios, e a criação de condições de segurança das embarcações e dos profissionais;
- A adopção de uma política que potencie e articule o sector no quadro de uma fileira produtiva regional que envolva a captura, gestão, transformação, promoção e comercialização dos produtos da pesca;
- A aplicação de um plano integrado de despoluição e recuperação da Ria Formosa e da Ria de Alvor, bem como de dragagem regular dos rios Guadiana e Arade, permitindo a sua navegabilidade;
- Elaboração de estudo para a construção do novo porto de Tavira;
- A atribuição de compensações financeiras aos pescadores, armadores e mariscadores durante os períodos de defeso e as paragens de actividade motivadas por razões de defesa da saúde pública;
- A reposição do princípio de fixação de margens máximas de lucro na comercialização do pescado;
- A adopção de medidas de apoio à pesca costeira e à pesca artesanal;
- A implementação de uma política prioritariamente orientada para o emprego e melhoria das condições sociais dos pescadores e para o desenvolvimento da economia da região;
- A aposta em investimentos na indústria transformadora ligada ao sector e na respetiva inovação tecnológica;
- A adequação do Regulamento de Inscrição Marítima à realidade do sector;
- A acção efetiva das entidades competentes para garantir a aplicação do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca;

- O deferimento mais célere das candidaturas apresentadas ao Fundo Compensação Salarial dos Profissionais de Pesca;
- A revogação do Acordo de Pesca Fronteiriço do Guadiana.

Na **indústria** a CDU propõe:

- A atribuição de fundos e apoios públicos para o desenvolvimento da atividade industrial, a par de uma política que favoreça o acesso ao crédito por parte das PME's, designadamente por via da Caixa Geral de Depósitos, e que imponha a diminuição dos preços da energia, das comunicações, dos seguros e de outros serviços;
- O fomento de fileiras produtivas com potencialidades e tradições na região, designadamente, na indústria conserveira, na extracção e produção de sal, na extracção e transformação de rochas ornamentais e de cortiça, na reparação e construção naval;
- A implementação de uma política que potencie, articule e integre o conhecimento tecnológico na actividade industrial da região, tendo como referência a Universidade do Algarve, e promova o desenvolvimento de novas indústrias no âmbito de um plano de industrialização do País;
- A recuperação e reabilitação urbanas, potenciadoras da eficiência energética e da qualidade de vida das populações;
- A recuperação do controlo público de sectores estratégicos da economia, como a produção de cimento que conta com uma unidade na região.

No **comércio** a CDU propõe:

- A imposição de limites no que diz respeito à instalação de centros comerciais e lojas da grande distribuição;
- A reconsideração das actuais zonas de estacionamento pago e adopção de uma política restritiva na criação de novas zonas de estacionamento pago;
- A implementação de um plano integrado, em articulação com os municípios, de dinamização das feiras tradicionais e mercados municipais.

No **turismo** a CDU propõe:

- A valorização dos trabalhadores do sector, combatendo a política de baixos salários, a precariedade laboral, a desregulação dos horários de trabalho e a utilização abusiva dos estágios profissionais;
- A promoção da sustentabilidade do turismo regional, por via da diversificação de mercados e da oferta;
- A defesa e valorização da TAP articulada com a promoção do Turismo na região e redução da dependência face a companhias aéreas estrangeiras;
- O apoio à formação profissional dos trabalhadores do sector;
- A dinamização das escolas de hotelaria e turismo do Algarve.

2.3. Valorizar os Serviços Públicos

Bons serviços públicos, com trabalhadores valorizados e em número correspondente às necessidades, com edifícios e equipamentos modernizados, a funcionar com qualidade e acessíveis a todos os cidadãos, assegurando a coesão territorial, eis um elemento essencial para o desenvolvimento, o progresso e a justiça social.

Todavia, décadas de desinvestimento, desmantelamento e desorganização de serviços, de redução de pessoal, com especial incidência no período do anterior Governo PSD/CDS, levaram à grave degradação dos serviços públicos – na saúde, na educação, na segurança social, na cultura, na justiça, nas forças de segurança, nos transportes – e limitaram a sua capacidade de dar resposta às necessidades dos utentes, situação que não foi revertida pelos Governos PS. Estes continuaram a sujeitar-se às imposições da União Europeia e do grande capital, ao elegerem como prioridade nacional a redução acelerada do défice orçamental e da dívida pública.

A grave situação do SNS exige respostas imediatas. O saque de profissionais do SNS por parte dos grupos económicos privados está a reflectir-se no aumento de utentes sem médico de família, no atraso nas consultas, exames, tratamentos e cirurgias, o que põe em causa o direito à saúde dos algarvios. Ao mesmo tempo, assiste-se à abertura de hospitais e clínicas privadas, financiadas por recursos públicos mas que sobretudo apostadas no negócio da doença. Continua por concretizar a construção do novo Hospital Central do Algarve, para além da construção e reabilitação de equipamentos dos cuidados primários de saúde.

A integração das direcções regionais de cultura nas CCDR's e a transferência de competências para as autarquias não serviram e não servem aos interesses da Cultura da região, das suas associações, do seu património nem dos seus trabalhadores. Colocou em causa a gestão dos bens culturais como bens públicos, tornando-os mais vulneráveis aos interesses da especulação e dependentes das capacidades financeiras locais. O que é necessário é avançar com o processo de regionalização, com políticas efectivas de democratização cultural e de garantia de pelo menos 1% do OE afecto ao sector da Cultura.

No Algarve e no País é preciso romper com este caminho de destruição e fazer a opção por uma política alternativa, de melhoria dos serviços públicos.

Na **saúde** a CDU propõe:

- Fixar e aumentar o número de profissionais de saúde no SNS para garantir mais consultas, exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos;
- Instituir a opção de dedicação exclusiva de médicos e enfermeiros – com a majoração de 50% da sua remuneração base, o acréscimo de 25% na contagem do tempo de serviço para progressão na carreira e outros benefícios;
- Contabilizar todos os pontos retirados aos profissionais, para efeitos de reposicionamento remuneratório, particularmente nos enfermeiros;

- Garantir incentivos que tornem atractiva a opção, de médicos e enfermeiros, pela fixação em zonas carenciadas, designadamente a bonificação de 50% da remuneração base e da contagem do tempo de serviço para a aposentação e um apoio para as despesas com habitação;
- Construção célere do Hospital Central do Algarve ;
- Reforço do investimento para a aquisição e manutenção de equipamento nos hospitais algarvios;
- Reversão do processo de fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos no Centro Hospitalar Universitário do Algarve;
- Reabilitação das instalações dos centros e extensões de saúde da região e reabertura de todas as extensões de saúde encerradas;
- Atribuição de médico de família a todos os utentes inscritos nos centros de saúde do Algarve;
- Disponibilização aos centros de saúde da região de um parque automóvel adequado às necessidades do serviço, em particular, à prestação de cuidados de saúde domiciliários;
- Promoção de uma adequada articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados de saúde hospitalares;
- Manutenção na esfera pública da gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul e reforço dos meios para que este possa cumprir a sua missão;
- Aumento da capacidade de internamento no Algarve da rede nacional de cuidados continuados integrados;
- Melhoria da capacidade de resposta dos cuidados paliativos na região algarvia;
- Pleno aproveitamento das potencialidades do Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.^a Laura Ayres;
- Fim do recurso a grupos económicos privados para a realização de tarefas nos estabelecimentos de saúde públicos que podem e devem ser realizadas por profissionais de saúde com vínculo ao Estado.
- Reversão do processo de transferência de competências na área da Saúde para os municípios.

Na **educação** a CDU propõe:

- Combater a carência de professores e a precariedade docente, vinculando todos os professores com três ou mais anos de tempo de serviço e criando incentivos à fixação de professores nas áreas que deles mais carecem;
- Contratar centenas de trabalhadores não docentes e garantir o reforço de outros profissionais, designadamente psicólogos e terapeutas;
- Reduzir o número de alunos por turma – um máximo de 19 para o 1.º ciclo do ensino básico e até 22 no secundário – e o número de turmas por professor e assegurar a gratuitidade de todo o material escolar;
- Reforço dos recursos humanos, materiais e financeiros postos à disposição das escolas públicas da região algarvia, garantindo-lhes condições adequadas ao cabal cumprimento da sua missão;

- Gratuitidade das creches para todas as crianças e criação uma rede pública de creches que responda às necessidades da população;
- Reforço do investimento para a construção, ampliação e requalificação das instalações das escolas públicas da região, assim como para a aquisição e manutenção de equipamento, em particular, equipamento informático;
- Reversão do processo de transferência de competências na área da educação para os municípios;
- Revisão do modelo de gestão das escolas, no sentido da sua maior democratização;
- Reforço da acção social escolar, no que toca a montantes e abrangência, em todos os níveis de escolaridade;
- Melhoria das condições de acesso ao ensino secundário nos concelhos algarvios sem essa oferta educativa, adequando horários escolares e de transporte;
- Valorização e reforço das respostas públicas de ensino artístico especializado;
- Reversão dos processos de privatização nas cantinas escolares;
- Reforço do financiamento da Universidade do Algarve, permitindo-lhe cumprir cabalmente a sua missão;
- Reforço do financiamento dos Serviços de Acção Social da Universidade do Algarve, permitindo-lhe aumentar o número e o valor das bolsas de estudo e assegurar serviços de alimentação, alojamento, transporte e apoio médico de qualidade;
- Eliminação das propinas no ensino superior.

Na **cultura e património** a CDU propõe:

- Apoio à participação e cooperação dos agentes de cultura da região, por forma a garantir uma intervenção planeada, de qualidade e dirigida a vários públicos;
- Apoio ao associativismo artístico e cultural, incluindo as organizações não formais e outras manifestações culturais;
- Desenvolvimento do ensino das artes e apoio às estruturas escolares existentes na região algarvia;
- Consolidação da descentralização da rede de leitura pública, reforço de meios e melhoria de formas de articulação entre bibliotecas municipais, escolares e universitárias, com o objetivo de promover as literacias do impresso, do digital e dos *media*;
- Reversão da extinção das Direcções Regionais da Cultura. e consequente integração de competências e técnicos nas CCDR e municípios e em organismos públicos fora do Algarve, atingindo inclusive os quadros de trabalhadores, com transferência e cessação de postos de trabalho e a criação de desigualdades entre trabalhadores abrangidos pelo regime de direito público e pelo regime de direito privado;
- Intervenção mais aprofundada nos monumentos sob a tutela da extinta DRCultura do Algarve, designadamente, Fortaleza de Sagres, Castelo de Aljezur, Castelo de Paderne, Ruínas de Milreu, Monumentos Megalíticos de Alcalar, Ruínas da "Villa" Romana da Abicada e Ermida de N. S. de Guadalupe;

- Conservação e valorização do património cultural, do material ao imaterial, em paralelo com a gestão integrada dos tecidos históricos urbanos e a consolidação da rede museológica e dos sítios arqueológicos;
- Identificação, valorização e preservação do património cultural da região, reabilitando imóveis que possam acolher instituições ou serviços públicos, reconstruindo o edificado cujo valor histórico justifique a sua preservação, e promovendo as tradições sem artificialismos que melhor sirvam o turismo;
- Prosseguimento dos trabalhos arqueológicos no Ribat da Arrifana, no concelho de Aljezur, e na Cidade Romana de Balsa, no concelho de Tavira, preservação e musealização destes importantes sítios arqueológicos, permitindo a sua fruição pública;
- Reforço do financiamento da Orquestra Clássica do Sul;
- Reforço dos recursos humanos e materiais do Arquivo Distrital de Faro, melhorando a preservação do património arquivístico e informacional da região algarvia.

Na **justiça e segurança das populações** a CDU propõe:

- Promoção de uma justiça independente, democrática e acessível a todos;
- Dignificação da função judicial e dos tribunais, como órgãos de soberania;
- Reposição do mapa judiciário em vigor antes da reforma levada a cabo pelo Governo PSD/CDS, em 2014;
- Reforço dos meios humanos, materiais e financeiros dos tribunais, das forças de segurança, das conservatórias e dos estabelecimentos prisionais do Algarve, adequando-os à prossecução dos seus fins e aos direitos dos profissionais que neles trabalham;
- Reforço do investimento na construção, reabilitação e manutenção das instalações dos tribunais, das forças de segurança, das conservatórias e dos estabelecimentos prisionais da região algarvia, permitindo a melhoria do serviço prestado às populações e das condições de trabalho dos profissionais do sector; em concreto, construção de um moderno e funcional Palácio da Justiça na cidade de Faro, reabilitação dos tribunais de Loulé, Lagos e Albufeira, , GNR em Aljezur e construção do novo Estabelecimento Prisional do Algarve, em S. Bartolomeu de Messines;
- Implementação no Algarve do Tribunal da Relação e dos Julgados de Paz.

2.4. - Assegurar o direito ao transporte

No Algarve, são bem visíveis as consequências nefastas da redução do investimento público nos transportes e mobilidade das populações.

Não existe um sistema de transportes regional que articule as diferentes modalidades e as infraestruturas existentes.

A electrificação da Linha Ferroviária do Algarve, prometida há décadas, tem vindo a ter sucessivos atrasos e continua por concluir. O material circulante está degradado, os

horários são desadequados às necessidades dos utentes, os atrasos e supressões de comboios são o dia a dia dos utentes.

A região está totalmente dependente do grupo Barraqueiro (EVA Transportes) no transporte rodoviário de passageiros.

Mantém-se a cobrança de portagens na Via do Infante. As obras de requalificação da EN 125, no Sotavento Algarvio, nunca mais avançam, assim como a urgente construção das variantes projectadas. A construção da ponte rodoviária internacional entre Alcoutim e Sanlúcar tem finalmente financiamento mas é preciso concretizar. A conclusão do IC4 entre Lagos e Sines e do IC27 entre Alcoutim e Beja, há tanto tempo prometidas não se concretiza. As obras no Porto Comercial de Portimão, que permitiriam aumentar a capacidade de recepção de navios de cruzeiro oceânicos, não arrancam e não é certo o futuro do Porto Comercial de Faro, podendo estar à espera de ser entregue à especulação imobiliária. No Aeroporto de Faro continuam a fazer-se sentir as consequências negativas da privatização da ANA-Aeroportos de Portugal, com os aumentos de taxas e tarifas aeroportuárias e o peso cada vez mais determinante das companhias aéreas *low cost* no tráfego deste aeroporto.

A redução alcançada na redução do preço dos passes sociais – fruto de décadas de intervenção da CDU – foi um importante passo para afirmar o direito à mobilidade, o papel central do transporte público e à melhoria do meio ambiente. No entanto, esta medida tornou ainda mais visível a necessidade de alargar a oferta de comboios e autocarros e assumir decisivamente a substituição do transporte individual (da qual grande parte dos algarvios está dependente) pelo transporte público colectivo, visando a sua gratuidade.

É necessário a criação de um Operador Público Rodoviário Regional, garantindo e elevando os índices de qualidade e quantidade do serviço prestado às populações, assegurando a complementaridade entre todos os modos de transporte e uma bilhética única, visando acabar com a dependência dos grupos e dos operadores privados na região.

Estes são problemas que urge ultrapassar, para melhorar as acessibilidades e a mobilidade das populações, para dinamizar a atividade económica, para defender o ambiente.

Nos transportes e mobilidade a CDU propõe:

Transporte Rodoviário

- Abolição das portagens na Via do Infante;
- Conclusão das obras de requalificação da EN 125 e construção das de todas as variantes inicialmente projectadas;
- Reversão das parcerias público-privadas da Via do Infante e da EN 125;
- Construção do IC4 entre Lagos e Sines e conclusão do IC27 entre Alcoutim e Beja;

- Desenvolvimento de um programa integrado de requalificação do conjunto de estradas nacionais e municipais na região Algarvia, de que é exemplo a EN 124 entre o Porto de Lagos e Silves;
- Construção da ponte internacional sobre o Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar;
- Criação de um Operador Público Rodoviário Regional.

Transporte Ferroviário

- Aumento do investimento em material circundante (locomotivas e carruagens) e na contratação do número de trabalhadores necessários;
- Conclusão das obras de electrificação da Linha do Algarve;
- O estudo e criação da ligação ferroviária à Universidade do Algarve, ao Aeroporto de Faro;
- Reconversão das oficinas da CP de Vila Real de Santo António para a manutenção e reparação do futuro material circulante de tração eléctrica;
- O estudo e reabertura das estações ferroviárias encerradas em toda a região, assim como a intervenção em infraestrutura diversa e a retoma do plano de supressão das passagens de nível;
- A ligação em alta velocidade entre as capitais Lisboa-Évora-Beja-Faro tendo em vista a continuidade para Huelva-Sevilha.

Transporte Fluvial

- Criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia;
- Aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão para permitir a recepção de navios de cruzeiros turísticos oceânicos, o restabelecimento da linha regular de transporte de passageiros e carga rodada entre Portimão e a Madeira, e do estabelecimento de uma nova linha regular com os Açores;
- Preservação e valorização do Porto Comercial de Faro, designadamente na vertente de transporte de mercadorias e passageiros, rejeitando qualquer projecto que vise o seu desmantelamento.

Transporte aéreo

- Recuperação do controlo público do Aeroporto de Faro, colocando-o ao serviço do desenvolvimento regional;
- Garantir que a TAP se mantem ao serviço do País e da Região do Algarve como operadora aérea pública, como garante do serviço de transporte aéreo e do nosso desenvolvimento económico.

2.6. Regular preços, estabilizar contratos, alargar a oferta pública de habitação

Cabe ao Estado garantir o direito à habitação.

Mas o aumento do preço das casas em resultado da especulação, gravemente ampliado aqui na região, os sucessivos aumentos das taxas de juro pelo BCE, a manutenção da “Lei dos Despejos” e o aumento significativo das rendas, somando à quase ausência de intervenção do governo de cumprir o direito constitucional, são a receita para uma grave situação que afecta muitos algarvios.

A habitação é cada vez mais inacessível para muitos indivíduos e famílias, obrigados a trocarem a sua casa por um quarto, a regressarem a casa dos pais, a viver em habitações precárias ou na rua. É uma situação particularmente grave para os estudantes da Universidade do Algarve, trabalhadores deslocados, casais que querem constituir família ou jovens atingidos pela precariedade e baixos salários.

Em contraste com este cenário o governo permite que a banca obtenha lucros milionários à custa das prestações de habitação. A habitação é hoje um negócio altamente rentável.

Na **habitação** a CDU propõe:

- Revogar a Lei do Regime de Arrendamento Urbano e a adopção de um quadro legal que combata a especulação, regule preços e assegure estabilidade nos contratos de arrendamento por um período mínimo de 10 anos para novos contratos, excepto se o prazo mais curto for requerido pelo arrendatário;
- Alargar a oferta pública de habitação (em mais 50 mil fogos no plano nacional);
- Mobilizar recursos para habitação a custos controlados, apoiar o movimento cooperativo e a autoconstrução, promover o arrendamento para jovens e regular o Alojamento Local;
- Mobilizar o património habitacional público da região algarvia para programas de renda apoiada ou condicionada;
- Combater a especulação imobiliária e fundiária, dando utilização e gestão pública às mais-valias decorrentes da transformação do uso dos solos e do edificado;
- Apoiar o movimento cooperativo e organizações de moradores, na reabilitação urbana, auto-construção, auto-reabilitação ou acabamento de habitações.
- Criar um programa de residências universitárias com construção a custos controlados, de acesso gratuito;
- Assegurar investimento público para a habitação, tendo como referência o investimento anual de 1% do PIB,
- Criar um regime especial de protecção da habitação própria que ponha os lucros da banca a suportar o aumento das taxas de juro, reduzindo igualmente taxas, comissões e outros encargos, com a determinada intervenção do banco público – Caixa Geral de Depósitos.
- Limitar, em áreas de declarada carência habitacional, a mobilização de habitações para uso de Alojamento Local.

2.7. Uma política ao serviço do Ambiente

A situação ambiental da região é marcada pela privatização de sectores fundamentais como a água, a energia ou os resíduos, pela progressiva mercantilização da natureza e pela depauperação dos meios e possibilidades de actuação dos serviços públicos destinados ao tratamento das questões ambientais.

É necessária uma política ambiental que assegure a preservação do equilíbrio da natureza e dos sistemas ecológicos, defenda a biodiversidade, respeite o «princípio da precaução» face a novas ameaças e problemas, contribua para prevenir e mitigar os efeitos das alterações climáticas e garanta a democratização do seu acesso e usufruto, combatendo a mercantilização do ambiente e a sua instrumentalização ideológica e política pelo grande capital.

No Algarve, os meios humanos e materiais para assegurar uma adequada gestão do território e, em particular, das áreas protegidas são manifestamente insuficientes, comprometendo seriamente a capacidade de intervenção do Estado. Os planos de ordenamento das áreas protegidas continuam a estabelecer um vasto conjunto de restrições para os usos comuns e tradicionais do espaço e dos recursos por parte das populações locais, enquanto abrem a possibilidade de implantação de estruturas e empreendimentos imobiliários de luxo. Persistem graves problemas na orla costeira algarvia, com a sobrecarga de construções, a acentuada erosão da costa e a ameaça à integridade das zonas húmidas.

Cresce a pressão na Ria Formosa para a expulsão das comunidades locais das ilhas-barreira, com o objectivo de entregar este valioso património natural aos grandes interesses privados para que estes o explorem em seu benefício.

Prosseguem os problemas associados aos incêndios florestais, à falta de meios humanos e materiais que conduzam a uma eficaz prevenção e combate aos incêndios florestais que ano após ano assolam o Algarve.

No Ambiente a CDU propõe:

- Reforçar os meios e estruturas do Estado, como o ICNF e a APA, para desenvolver uma verdadeira política de defesa do equilíbrio e da regeneração da natureza;
- Apostar na utilização racional da energia, no aumento de eficiência energética e na promoção de alternativas energéticas de domínio público, com vista a diminuir a dependência dos combustíveis fósseis;
- Promover o transporte público, em detrimento do transporte individual privado, independentemente da forma de alimentação utilizada;
- Implementar o Passe Social Regional a custos reduzidos, com preço fixo máximo de 20€, e gratuito até aos 18 anos de idade, para os estudantes e os maiores de 65 anos;

- Rever os instrumentos de gestão do território do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, compatibilizando a salvaguarda dos valores naturais com o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações;
- Adoptar medidas que assegurem o combate efectivo aos incêndios florestais, canalizando para aí os recursos necessários, contrariando a desertificação da serra algarvia e promovendo as actividades produtivas necessárias à fixação das populações;
- Concluir o Cadastro Florestal;
- Constituir as equipas de sapadores florestais necessárias e reconstituir o corpo de Guardas Florestais;
- Atribuir ao Estado uma maior participação da Mata Nacional e com isso garantir o ordenamento florestal e a reflorestação com espécies autóctones (sobreiro, azinheira e medronheiro), criando as faixas de combustão essenciais e garantindo a limpeza das matas de forma mecanizada e animal;
- Construir pequenas barragens e charcas na Serra Algarvia, garantindo o acesso rápido e seguro para o combate aos incêndios e garantindo as necessidades de água dos animais;
- Dotar o país de meios aéreos próprios e de gestão pública;
- Implementar um plano integrado da protecção da orla costeira algarvia com os meios adequados à protecção ambiental e à defesa das populações;
- Recusar a privatização da água, garantindo que os recursos hídricos se mantenham na esfera pública;
- Reverter a Privatização da ALGAR, assegurando o investimento necessário para um serviço público de qualidade na recolha e tratamento dos resíduos urbanos.

2.8. Enfrentar a seca e a falta de água no Algarve

Em contraste com a inacção de sucessivos governos PS e PSD/CDS, urge tomar medidas com impacto para o futuro perante a seca e a falta de água no Algarve.

No imediato, impõem-se o controle e redução das perdas de água por parte das Autarquias Locais e a poupança de água, diferenciando culturas intensivas da agricultura familiar ou empreendimentos turísticos, com usos intensivos de água, dos consumidores domésticos. Há que salvaguardar o abastecimento dos animais, a saúde pública, a pequena e média agricultura adaptada às condições do Algarve, a pequena e média indústria e o equilíbrio dos ecossistemas.

Se a região tem excelentes condições para o turismo, é necessário outro modelo económico mais diversificado e articulado, munido de infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento, que aposte no mundo rural, no povoamento do interior e na melhoria dos serviços públicos, ponderando as questões cruciais da água, a começar pela sua necessária gestão pública.

Nas questões da seca e da falta de água a CDU propõe:

- Garantir a água como bem público, com acesso e gestão públicas, não se aceitando a sua privatização;
- Reforçar os meios públicos para monitorizar, fiscalizar e planear os recursos hídricos, inclusive as actuais perdas de água nas condutas municipais, e restringir usos dispensáveis em espaço público;
- Sensibilizar residentes e turistas para a situação de seca, com conselhos facilmente compreensíveis;
- Manter as áreas de protecção dos aquíferos, com a limitação de licenciamentos de mais centrais fotovoltaicas e proibida a sua instalação em zonas de recarga dos aquíferos;
- Autorizar construção de charcas para abastecimento animal e combate a incêndios;
- Garantir água a todos os agricultores e produtores de gado para a sobrevivência das culturas;
- Limitar os licenciamentos de novos empreendimentos turísticos, enquanto decorrer o período de seca severa na região;
- Implementar a eficiência hídrica nas unidades hoteleiras da região, por meio da rega de sobrevivência em jardins e relvados, reconversão de espaços verdes com espécies de baixo consumo hídrico e proibição do enchimento de piscinas com água do mar;
- Construir a barragem da Foupana, com ligação a Odeleite-Beliche;
- Estudar a construção de açudes, nomeadamente na Ribeira de Monchique e no Rio Vascão;
- Assegurar investimentos para modernizar e expandir as redes e condutas e para activar ligações possíveis para abastecimento de água às barragens em maiores dificuldades;
- Instalar, operacionalizar e ligar redes de recolha de águas pluviais;
- Modernizar e construir mais estações de tratamento de águas residuais, com maior e mais diversificado aproveitamento desta água;
- Considerar as ligações entre sistemas hidrológicos de diferentes zonas do país, nomeadamente entre barragens do Alentejo e Algarve (entre Santa Clara, Bravura e Odelouca; entre Alqueva e Odeleite) e a captação no Pomarão;
- Renegociar acordos internacionais, desde logo com Espanha, e monitorizar os caudais mínimos dos rios;

- Avaliar a utilidade da construção de uma dessalinizadora, considerando os elevados custos de funcionamento, o baixo volume de água disponibilizada, os impactos ambientais e o necessário modelo público de gestão.

2.9. Reverter a transferência de competências para as autarquias e avançar para a regionalização

A regionalização é um imperativo constitucional que, desde 1976, continua por cumprir. Trata-se de criar autarquias de base regional, intermédias entre a Administração Central e as atuais autarquias (municípios e freguesias), para a resolução de problemas a uma escala superior à do município e adequadas a uma faixa regional do território nacional.

O equilíbrio territorial e a coesão económica e social do nosso País exigem uma política de desenvolvimento regional, que combata as assimetrias regionais, o despovoamento e a desertificação, assente num leque amplo de políticas integradas e dinamizadas por um poder regional decorrente da regionalização.

Em vez de cumprirem o imperativo constitucional da regionalização, sucessivos governos de PS, PSD e CDS optaram pela desconcentração administrativa e, mais recentemente, pela transferência de competências e sobretudo de encargos para os municípios, numa lógica que conduzirá à degradação dos serviços públicos e ao agravamento das desigualdades e injustiças.

O PCP defende a necessidade de avançar com o processo de regionalização e reafirma a sua posição de que o Algarve detém todas as condições para ser uma Região Administrativa.

A CDU propõe:

- Reversão do processo de transferência de competências e encargos para as autarquias
- Concretização do processo de regionalização, nos termos determinados pela Constituição da República Portuguesa;
- Criação da Região Administrativa do Algarve.